

HABEAS CORPUS Nº 570.373 - SP (2020/0079044-9)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : JANAINA NAVARRO
ADVOGADO : JANAÍNA NAVARRO - SP238104
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LEANDRO DOS SANTOS SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de LEANDRO DOS SANTOS SILVA, apontando como autoridade coatora a 11ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do HC n. 2270521-88.2019.8.26.0000.

Noticiam os autos que foi instaurado inquérito policial para apurar a suposta prática dos crimes previstos nos artigos 33, 35 e 36, todos da Lei 11.343/2006, pelo paciente.

Buscando o trancamento do procedimento investigatório, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Sustenta a impetrante que não haveria justa causa para a persecução criminal, uma vez que a conduta do paciente não constituiria crime, inexistindo indícios de autoria e materialidade em seu desfavor.

Aduz que se estaria diante de perseguição policial ante a vida pregressa do investigado.

Requer, liminarmente, a suspensão do inquérito policial em tela e, no mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja trancado.

É o relatório.

Inicialmente, cumpre atestar a inadequação da via eleita para a insurgência contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico para tal fim, nos termos do artigo 105, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, circunstância que impede o seu formal conhecimento, conforme entendimento pacífico no âmbito desta Corte Superior de Justiça.

Superado esse óbice, extrai-se dos autos que, conforme boletim de ocorrência e relatório de investigação, o paciente e as pessoas de Lucas Eduardo de Paula Rezende e Debora Donizete Moraes estariam associados para a prática ilícita do tráfico de drogas, atividade que estaria sendo desenvolvida na cidade de Jales e financiada pelo primeiro, razão pela qual foi instaurado inquérito policial para apurar os fatos (e-STJ fls. 16, 17/18 e 21/23).

Feitos tais esclarecimentos, é cediço que o trancamento de inquérito policial em *habeas corpus* constitui medida excepcional, só admitida quando restar provada, inequivocamente, sem a necessidade de exame valorativo do conjunto fático-probatório, a atipicidade dos fatos, a ocorrência de causa extintiva da punibilidade, ou, ainda, a ausência de indícios de autoria ou de prova da materialidade do delito.

Sobre o assunto, Guilherme de Souza Nucci explica que o remédio constitucional é incompatível com o exame de mérito da persecução penal, tratando-se de "*medida urgente, para fazer cessar uma coação ou abuso à liberdade de ir, vir e ficar*" (Código de Processo Penal Comentado. 9ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p.

1045).

O referido autor prossegue, advertindo que "*somente deve o juiz ou tribunal conceder a ordem quando manifestamente indevida a investigação ou o ajuizamento da ação*" (Op. cit., p. 1049).

Com efeito, o inquérito policial destina-se a colher elementos de convicção a fim de subsidiar futura persecução criminal, sendo certo que a documentação nele reunida será objeto de análise pelo titular da ação penal, que poderá ou não deflagra-la, só se podendo obstar o curso das investigações quando não houver prova da existência de crime ou de indícios da participação do acusado no evento criminoso noticiado, ou, ainda, quando se estiver diante de flagrante causa de exclusão da ilicitude ou da tipicidade, ou se encontrar extinta a punibilidade.

E, como o remédio constitucional não é o instrumento adequado à discussão aprofundada a respeito de provas e fatos, não há como se valorar os elementos probatórios até então colacionados, como pretende agora a defesa, para perquirir se havia ou não indícios suficientes da prática de crimes pelo paciente quando da deflagração do procedimento investigatório.

Com efeito, para debate dessa natureza reserva-se ao acusado o processo criminal, ocasião em que as partes podem produzir aquelas provas que melhor entenderem alicerçar seus respectivos interesses, além daquela que pode ser feita pelo Juiz da causa, e não nesta oportunidade e instância, no âmbito estreito do *writ*.

Portanto, qualquer conclusão diversa, na via eleita, consoante vem decidindo esta colenda Turma, inevitavelmente levaria à vedada análise de provas em sede de *habeas corpus*.

Nesse sentido:

PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. ESTELIONATO. TRANCAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL. ATIPICIDADE. INVIABILIDADE DE ACOLHIMENTO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Nos termos do entendimento consolidado desta Corte, o trancamento da ação penal ou inquérito policial por meio do habeas corpus é medida excepcional, que somente deve ser adotada quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito.

2. O Tribunal de origem não reconheceu a total ausência de indícios de autoria e prova da materialidade delitiva, a atipicidade da conduta nem a existência de alguma causa de extinção da punibilidade, a ensejar o prematuro trancamento do procedimento investigativo.

3. Hipótese em que a suposta vítima efetuou a doação de dois imóveis por recomendação do recorrente, seu vizinho, e que posteriormente tentou sua revogação.

4. Caberá então ao Ministério Público Estadual, em mais apurado cotejo aos autos da investigação, identificar se há ou não justa causa para o oferecimento da ação penal, pois não há como acolher de pronto a tese defensiva segundo a qual houve apenas uma simples doação, em especial pela estranheza que causa o ato de doar dois imóveis a um vizinho, sem qualquer encargo.

5. Recurso em habeas corpus desprovido.

(RHC 106.422/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA

Superior Tribunal de Justiça

TURMA, julgado em 15/08/2019, DJe 20/08/2019)

No mesmo diapasão:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CORRUPÇÃO ATIVA. TRÁFICO DE INFLUÊNCIA. TESE DE ATIPICIDADE DA CONDUTA. IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO. DILAÇÃO PROBATÓRIA. MATÉRIA SUBMETIDA AO REGULAR EXAME NOS AUTOS DO RECURSO ESPECIAL JÁ INTERPOSTO.

1. Negado provimento ao recurso de apelação e rejeitados os embargos de declaração, o pedido de trancamento da ação penal e o de aplicação do princípio da consunção devem ser formulados pela via recursal adequada, recurso especial, já interposto e em regular processamento, não podendo o habeas corpus, de cognição sumária, ser utilizado, indiscriminadamente, como mero sucedâneo recursal, mormente porque não se verifica do acórdão impugnado manifesta ilegalidade.

2. Como é cediço, a jurisprudência desta Corte é tranquila no sentido de que o trancamento do inquérito ou da ação penal, notadamente na estreita via do habeas corpus, constitui providência excepcional, restrita às hipóteses de manifesta atipicidade da conduta, presença de causa de extinção de punibilidade ou de ausência de indícios de autoria ou de prova da materialidade do delito, o que não ocorre no caso dos autos.

3. Tese trazida na impetração que demanda ampla análise de matéria fática, também inviável nos autos de habeas corpus.

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 509.926/AC, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 15/08/2019, DJe 29/08/2019)

Por conseguinte, estando a decisão impugnada em total consonância com o entendimento jurisprudencial firmado por este Sodalício, não há que se falar em trancamento do inquérito policial instaurado contra o paciente, pois, de uma superficial análise dos elementos probatórios contidos no presente *mandamus*, não se vislumbra estarem presentes quaisquer das hipóteses que autorizam a interrupção prematura da persecução criminal por esta via, já que seria necessário o profundo estudo das provas, as quais deverão ser oportunamente valoradas pelo juízo competente.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator